



CONTRATO Nº 2026.05.27.39

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92005/2026

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSSMC E A
EMPRESA F G COMERCIAL DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA, PARA OS DEVIDOS
FINIS, QUE A SEGUIR SE DECLARA.**

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSSMC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.755/0001-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, com sede na Rua Vicente Alencar Oliveira, s/n, Bairro Mirandão, CEP: 63.125.070, na Cidade de Crato, Estado do Ceará, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo, Sr Paulo de Tarso Cardoso Varela, Portado do CPF nº ***.999.053-**, e a empresa **F G COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, com sede na Rua Torres Câmara, Nº 280, Loja 09, Aldeota, Fortaleza – CE, CEP: 60150-060, Telefone (85) 3031-0104 / 9 9648-0073, e E-mail: fgcomercial280@gmail.com, inscrita no CNPJ nº 02.908.738/0001-87, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Fernando Henrique Moreira Ramos de Vasconcelos, portador do CPF nº ***.452.673-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do objeto na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o nº 92005/2026 e, em observância ao disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução nº 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSSMC, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento do Edital do Pregão Eletrônico nº 92005/2026, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução nº 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSSMC, outras leis especiais necessárias ao cumprimento do objeto.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato esta vinculada aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 92005/2026, e seus anexos, na Ata de Registro de Preços nº 2026.04.23.11, e a proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transição.

CLAUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto Aquisição de materiais, instrumentos, acessórios e



insunos médico-hospitares, destinados as unidades de saúde gerenciadas pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato (CPSMC), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA, com a finalidade de atender às necessidades do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

CLAUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor global deste contrato é de R\$ 125.907,00 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e sete reais), nas quantidades, especificações e condições indicadas abaixo:

GRUPO 13 - Solução Desinfetante de Alto Nível e Escovas Reutilizáveis para Limpeza e Pré-Processamento de Instrumentais em CME									
Item	Código	Descrição	Marca	Unidade de Fornecimento	POL I	POL II	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
62	10571110	SOLUCAO, DESINFETANTE DE ALTO NIVEL A BASE DE ACIDO PERACETICO, PARA USO EM ARTIGOS SEMI CRITICOS, COMPATIVEL COM METAIS, PLASTICOS, POLIMEROS, ACRILICOS, UNIDADE DE 1,0 LITRO. OBS: SOLUCAO DESINFETANTE DE ALTO NIVEL A BASE DE ACIDO PERACETICO, PRONTO PARA USO (CONCENTRAÇÃO DE 0,2%) UNIDADE DE UM LITRO, QUE EM RECIPIENTES FECHADOS E PROTEGIDOS DA LUZ, POSSAM DURAR ATÉ 30 DIAS, SEM ALTERAR SUA QUALIDADE DE DESINFECÇÃO. POR SER UMA SOLUÇÃO PRONTA PARA O USO, SEM NECESSIDADE DE DILUIÇÃO, GARANTINDO A CONCENTRAÇÃO EXATA E A SEGURANÇA NO MANUSEIO. DEVE AINDA SER RECOMENDADO PARA DESINFECÇÃO DE ALTO NÍVEL DE QUALIDADE EM ARTIGOS SEMICRITICOS, COMPATIVEL COM METAIS, PLÁSTICOS, BORRACHA, SILICONE, POLÍMEROS, ACRÍLICO DENTRE OUTROS, PRODUTO COM MENOR TOXICIDADE E ALTO PODER OXIDANTE. OBRIGATORIO SER DE USO HOSPITALAR, EM CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO (CME), APROVADO E CERTIFICADO PELA ANVISA, DEVE SER UM PRODUTO DE GRAU SANITÁRIO, DE ALTA PUREZA PARA EVITAR DANOS AOS MATERIAIS, SEM CONTER CONTAMINANTES QUE DEIXEM RESÍDUOS.	RIOQUIMICA	UNIDADE 1,0 LITRO	0	80	80	R\$ 56,55	R\$ 4.524,00
63	973127	ESCOVA, ACO COM FIBRA EM NYLON PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS, REUTILIZAVEL, CABO FORMATO ERGONOMICO, HIPOALERGENICO DXC 5MM X 35CM, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: É OBRIGATORIO POSSUIR CERDAS MACIAS, NÃO ABRASIVAS, PARA NÃO DANIFICAR OS MATERIAIS, SER DE USO HOSPITALAR, DIRECIONADO À PRÉ-LIMPEZA E LIMPEZA DE MATERIAIS DA CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO (CME), DE ALTO DESEMPENHO, POSSUIR REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA UTILIZAÇÃO EM CME, QUANDO APLICÁVEL.		EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0	20	20	R\$ 116,00	R\$ 2.320,00
64		ESCOVA, LIMPEZA TIPO ESCOVA DE DENTES, CERDAS NYLON, PROJETADA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS, REUTILIZAVEL, MEDIDAS APROXIMADAS 13MM X 18CM, CERDAS 3,8CM, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: É OBRIGATORIO POSSUIR CERDAS MACIAS, NÃO ABRASIVAS, PARA NÃO DANIFICAR OS MATERIAIS, SER DE USO HOSPITALAR, DIRECIONADO À PRÉ-LIMPEZA E LIMPEZA DE MATERIAIS DA CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO (CME), DE ALTO DESEMPENHO, POSSUIR REGISTRO E AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA UTILIZAÇÃO EM CME, QUANDO APLICÁVEL.		EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0	20	20	R\$ 116,00	R\$ 2.320,00
									R\$ 9.164,00



(Handwritten signature)

GRUPO 14 - Agulhas e Câmulas para Procedimentos Guiados por Ultrassonografia Compatíveis com Sistema Pro-Mag™											
Item	Código	Descrição	Marca	Unidade de Fornecimento	POLI I	POLI II	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Valor Global do Grupo	
										Valor Unitário	Valor Total
58	-	AGULHA PARA ASPIRAÇÃO DE TECIDOS MOLES TIPO CHIBA 22GX20CM,COMPATIVEL COM O INSTRUMENTOS PRO-MAG ULTRA, PODE SER UTILIZADA PARA COLETAS DE AMOSTRAS DE AVALIAÇÃO CITOLOGICA. TAMBÉM A INJEÇÃO DE CONTRASTES E A INTRODUÇÃO DE FIO GUIA DE 0,035. AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	113	0	113	R\$ 85,55	R\$ 9.667,15	R\$ 30.322,55	
57	-	AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	113	75	188	R\$ 85,55	R\$ 16.083,40		
55	-	AGULHA PARA ASPIRAÇÃO DE TECIDOS MOLES TIPO CHIBA 22GX20CM,COMPATIVEL COM O INSTRUMENTOS PRO-MAG ULTRA, PODE SER UTILIZADA PARA COLETAS DE AMOSTRAS DE AVALIAÇÃO CITOLOGICA. TAMBÉM A INJEÇÃO DE CONTRASTES E A INTRODUÇÃO DE FIO GUIA DE 0,035. AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA ST, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	UNIDADE 1,0	0	75	75	R\$ 60,96	R\$ 4.572,00		

GRUPO 15 - Agulhas e Câmulas para Procedimentos Guiados por Ultrassonografia Compatíveis com Sistema Pro-Mag™											
Item	Código	Descrição	Marca	Unidade de Fornecimento	POLI I	POLI II	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Valor Global do Grupo	
										Valor Unitário	Valor Total
58	-	AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA ST, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	37	0	37	R\$ 85,55	R\$ 3.165,35	R\$ 39.295,45	
57	-	AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	37	225	262	R\$ 85,55	R\$ 22.414,10		
55	-	AGULHA PARA ASPIRAÇÃO DE TECIDOS MOLES TIPO CHIBA 22GX20CM,COMPATIVEL COM O INSTRUMENTOS PRO-MAG ULTRA, PODE SER UTILIZADA PARA COLETAS DE AMOSTRAS DE AVALIAÇÃO CITOLOGICA. TAMBÉM A INJEÇÃO DE CONTRASTES E A INTRODUÇÃO DE FIO GUIA DE 0,035. AGULHA, CANULA PARA BIOPSIA DE PROSTATA. GUIADA POR ULTRASSOM, 18GX25CM +/- 1CM, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA ST, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	UNIDADE 1,0	0	225	225	R\$ 60,96	R\$ 13.716,00		



GRUPO 16 - Agulhas Descartáveis para Biópsia de Mama Guiada por Ultrassonografia – Compatíveis com Sistema Pro-Mag™									
Item	Código	Descrição	Marca	Unidade de Fornecimento	POLII	POLIIII	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
59	631950	AGULHA, DESCARTAVEL PARA BIOPSIA DE MAMA GUIADA POR ULTRASSOM, 14GX10CM +/- ICM, PONTA ECOGENICA, CENTIMETRADA, ACO, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0		100	R\$ 94,25	R\$ 9.425,00
60	1265252	AGULHA, DESCARTAVEL PARA BIOPSIA DE MAMA GUIADA POR ULTRASSOM, 14GX12CM +/- ICM, PONTA ECOGENICA, CENTIMETRADA, ACO, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0		100	R\$ 94,25	R\$ 9.425,00
									Valor Global do Grupo
									R\$ 18.850,00

GRUPO 17 - Agulhas Descartáveis para Biópsia de Mama Guiada por Ultrassonografia – Compatíveis com Sistema Pro-Mag™									
Item	Código	Descrição	Marca	Unidade de Fornecimento	POLII	POLIIII	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
59	631950	AGULHA, DESCARTAVEL PARA BIOPSIA DE MAMA GUIADA POR ULTRASSOM, 14GX10CM +/- ICM, PONTA ECOGENICA, CENTIMETRADA, ACO, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0		150	R\$ 94,25	R\$ 14.137,50
60	1265252	AGULHA, DESCARTAVEL PARA BIOPSIA DE MAMA GUIADA POR ULTRASSOM, 14GX12CM +/- ICM, PONTA ECOGENICA, CENTIMETRADA, ACO, USO COM PISTOLA AUTOMATICA, EMBALAGEM 1,0 UNIDADE. OBS: AGULHA COMPATIVEL COM INSTRUMENTO PRO-MAG ULTRA, CONFORME MODELO ADQUIRIDO PELA UNIDADE DEMANDANTE.	HRA	EMBALAGEM 1,0 UNIDADE	0		150	R\$ 94,25	R\$ 14.137,50
									Valor Global do Grupo
									R\$ 28.275,00
									Valor Global
									R\$ 125.907,00

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1. O presente contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

5.1.3. Os bens são enquadrados como de natureza continuada tendo em vista que ele supre uma necessidade contínua da instituição, além pela sua essencialidade para as atividades de logística do Consórcio, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção comprometa a missão institucional do CPSSMC e, consequentemente, as funções de permanente interesse público.

5.2. A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do artigo 54, § 4º, da Resolução 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSSMC.

5.3. O presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações (PNCP) em observância ao art. 94 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Indicação do preposto:

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Do controle e fiscalização da execução



6.7.1. Será designado os seguintes empregados públicos na condição de gestores:

Empregado Público		Cargo
Luciana Sobreira Matos	Diretor(a) Geral	
Cynthia Aguiar Frota Neves	Diretor(a) Geral	

6.7.1.1. Será designado um gestor de contrato para cada a unidade demandante, cabendo aos mesmos acompanhar o andamento da contratação, manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato, como também, acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos neste termo, e demais atribuições nos termos do Anexo IV da Resolução nº 06/2023 do CPSSMC.

6.7.2. Será designado os seguintes empregados públicos na condição de fiscais de contrato:

Empregado Público		Cargo
Jefferson Soares Souza	Farmacêutico(a)	
Nathalie Peixoto Ratts	Farmacêutico(a)	

6.7.2.1. Será designado um fiscal de contrato para cada a unidade demandante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, e demais atribuições nos termos do Anexo IV da Resolução nº 06/2023 do CPSSMC.

6.7.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega do objeto é de **10 (dez) dias corridos**, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA, observado as condições exigidas no Termo de Referência.

6.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar o recebimento da Ordem de Fornecimento no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**.

6.1.2. Caso não seja possível a entrega na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A Contratante se obriga a proporcionar a Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei. 14.133/2021.

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, com as especificações constantes no Edital e na proposta, para fins de melhor execução dos serviços.

8.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que sejam reparados e/ou corrigidos.

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua





proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e de 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência.

9.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal, trabalhista e social da empresa.

9.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Da entrega e critérios de aceitação do objeto:

10.1.1. A entrega dos bens ocorrerá **sob demanda**, conforme a necessidade do Consórcio Público de Saúde da Microregião de Crato – CPSSMC, mediante emissão de ordem de fornecimento, observadas as quantidades e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.2. Os bens deverão ser entregues das **08h:00min às 17h:00min** nos seguintes endereços:

LOCAL DE ENTREGA	
<i>Policlínica Bárbara Pereira de Alencar, Rua: 21 de Abril s/n, Bairro Alto Alegre – Campos Sales – CE. CEP: 63.150.000.</i>	<i>Mirandão - Crato - CE - CEP: 63.125-070.</i>
<i>Policlínica Aderson Tavares Bezerra, Rua: Vicente Alencar Oliveira S/N, Bairro Mirandão - Crato - CE - CEP: 63.125-070.</i>	<i>Centro Especializado em Reabilitação II, Rua: José Alves s/n, Bairro Alto Alegre – Campos Sales – CE. CEP: 63.150.000.</i>
<i>Centro Especializado em Reabilitação IV, Rua: Vicente Alencar Oliveira S/N, Bairro Mirandão - Crato - CE - CEP: 63.125-070.</i>	

10.1.3. Os produtos fornecidos deverão:

- a) Estar em embalagens originais do fabricante, íntegras e lacradas;
- b) Conter identificação de fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade, quando aplicável;
- c) Atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- d) Possuir registro, notificação ou isenção junto à ANVISA, quando sujeitos à vigilância sanitária.

10.1.4. É vedado o fornecimento de produtos reconicionados, remanufaturados, reutilizados



ou com prazo de validade incompatível com sua regular utilização durante a vigência contratual.

10.1.5. A rotulagem das embalagens deverá conter, de forma clara e legível, no mínimo:

- a) Identificação do produto;
- b) Dimensões e especificações técnicas;
- c) Número do lote;
- d) Data de fabricação e validade;
- e) Identificação do fabricante;
- f) Demais informações exigidas pelas normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

10.1.6. O local de entrega poderá sofrer alteração de acordo com a conveniência do contratante, que comunicará previamente à contratada, ficando o custo do traslado (incluindo no preço dos bens), às expensas da contratada.

10.1.7. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a CONTRATADA das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

10.2. Em conformidade com o inciso II, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contrato, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

10.2.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação;

10.2.1.1. Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado para a contratação.

10.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até **05 (cinco) dias**, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

10.2.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **03 (três) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, dias (três dias) sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando, sob responsabilidade da CONTRATADA, o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A liquidação e o pagamento serão realizados no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo(a) empregado público competente. Os pagamentos serão realizados



através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Para os materiais fornecidos deverá ser emitida Nota fiscal/Fatura a cada mês, separadamente por unidade solicitante, em nome do Consórcio Público de Saúde da Microregião de Crato – CPSSMC.

11.2.1. As informações necessárias para emissão da Nota fiscal/Fatura deverão ser requeridas junto ao órgão solicitante.

11.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

11.3.1. Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas sanadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionalmente acordado que os encargos moratórios devidos, entre o término do prazo referido no item **11.1** e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 I = 6 / 100 / 365 I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os valores iniciais do contrato firmado são fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano

contados da data do orçamento estimado, cuja realização se deu em 13/02/2026.

12.2. Os valores iniciais poderão ser reajustados para as obrigações iniciadas e concluídas após a decorrência da anualidade exposta no item anterior.

12.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3.1. Os preços contratuais serão reajustados com base no índice IPCA, ou, na falta deste, orçamento estimado, nos termos do §3º do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021, salvo na hipótese de inexecução do objeto no prazo estipulado, comprovadamente, por falha da CONTRATADA.

12.3.2. Apurada a variação do índice nos termos do item 12.3.1, aplica-se esse percentual sobre o valor do contrato constante na cláusula sétima deste instrumento.

12.3.3. O cálculo do reajuste poderá ser feito utilizando-se a ferramenta do Banco Central do Brasil denominada "Calculadora do Cidadão", disponível no seguinte endereço: [https://www3.bcb.gov.br/CALCIPADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?](https://www3.bcb.gov.br/CALCIPADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores)

12.4. Caso os índices acima venham a ser extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor à época.

12.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento indicado no item 12.3.1, o reajuste será calculado pela última variação conhecida, e a diferença correspondente será liquidada tão logo seja divulgado o índice definitivo.

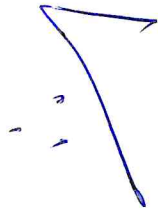
12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.

12.7. O reajuste deverá ser precedido de solicitação da CONTRATADA, por escrito e encaminhado ao fiscal/gestor do contrato, observando o prazo, o limite máximo e a variação do índice constantes nesta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao reajuste.

12.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATADA deverá realizar o pedido considerando o exposto do item 12.5. Quando divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), a CONTRATADA deverá encaminhar novo pedido informando a divulgação e solicitando a liquidação da diferença correspondente, qualquer que seja o valor do índice.

12.8. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

13.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes do presente processo administrativo constantes do objeto supramencionado correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias com as seguintes classificações programáticas: 10.302.0023.2.223.0000 - MANUT. DA POLICLINICA TIPO 1 COM RECURSOS DE SALITRE; 10.302.0046.2.242.0000 - MANUT. DA POLICLINICA TIPO 2 COM RECURSOS DO ESTADO. Elemento Da Despesa: 3.3.90.30.00 Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Caberá aos responsáveis designados no Termo de Referência promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto na Resolução 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato - CPSSMC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

16.1. Será considerado infratão administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, garantida o contraditório e a ampla defesa.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da CONTRATADA, por qualquer infração dos incisos I ao XII do referido art. 155;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.



16.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste documento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CPSM/C, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes; ou

III – Determinada por decisão judicial.

17.1.2. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CPSM/C.

17.1.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



19.1.1. Na hipótese prevista no item 19.1 acima, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão, caso não restrinja a sua capacidade de concluir o contrato.

19.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.2.1. Balanço/relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

19.2.2. Relatório dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

19.2.3. Indenizações e multas.

19.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Crato, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Crato/CE, 28 de maio de 2026.

FERNANDO HENRIQUE
MORAIRA RAMOS DE
VASCONELOS:20345267320
VASCONELOS:20345267320
Dados: 2026.05.29 11:08:24
-03'00"

F G COMERCIAL DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA
Fernando Henrique Moreira Ramos
de Vasconcelos
Representante Legal
CONTRATADA

Consórcio Público de saúde da Microrregião

de Crato-CPSMC
Paulo de Tarso Cardoso Varela
Secretário Executivo
CONTRATANTE

Testemunhas

(1)

Nome:

CPF Nº: 0389139350

Jaime da Silva Rêve

(2)

Nome:

CPF Nº: 040.197.273 - 67

Rosana Rosany Barbosa Leocádia

